

17 298

50

Tratado
de
Amizade Commercio e Navegação
entre
Portugal e a Republica de Chile
assignado
em
Valparaiso
pelos respectivos plenipotenciarios
aos
28 de Fevereiro de 1879

Sua Magestade Fidelissima
 El Rei de Portugal e dos Algarves
 e sua Excellencia o Presi-
 dente da Republica de Chile,
 animados de igual desejo
 de alargar cada vez mais
 o desenvolvimento das rela-
 -ções commerciaes e mari-
 -timas entre Portugal e a
 Republica de Chile, resol-
 veram concluir um Tratado
 de Amizade, Comercio e
 Navegação, e, para este fim,
 nomearam seus Plenipoten-
 -ciarios, a saber:

Sua Magestade El Rei
 de Portugal, o senhor Viscon-
 de de San Januario, do seu
 Conselho, seu Ajudante de
 Campo Honorario, Gran-Cruz
 da Ordem de Nossa Senhora

Sua Magestade Fidelissima
 el Rei de Portugal e de los Al-
 garbes e Su Excelencia el Pre-
 sidente de la Republica de Chile,
 animados de igual deseo
 de ensanchar cada vez mas
 el desenvolvimiento de las rela-
 -ciones commerciales e mariti-
 -mas entre Portugal e la
 Republica de Chile, han re-
 suuelto concluir un Tratado
 de Amistad, Comercio e
 Navegacion, e, para este fin,
 han nombrado sus Plenipoten-
 -ciarios, a saber:

Sua Magestade el Rei
 de Portugal, al Señor Viscon-
 de de San Januario, de su
 Consejo, su Ajudante de
 Campo Honorario, Gran-Cruz
 de la Orden de Nuestra Señora

da Conceição de Villa Vicosa,
Comendador da antiga e
muito sobre ordens da Torre e
Espada, do Valor, Lealdade
e Merito, Cavalleiro de San
Bento de Aviz, Gran-Cruz
da Ordem da Coroa de Ita-
lia, de Isabel a Catholica
de Espanha, e da Coroa de
Siam, Dignitario da Ordem
da Rosa, Official da Legião
de Honra, etc., etc.

Sua Excellencia o Presi-
dente da Republica de Chile,
o senhor Don Alejandro
Fierro, seu ministro d'Estado
no Departamento das Relações
Exteriores;

Os quaes, depois de terem
reciprocamente communicado
os seus plenos poderes, que
acharam em boa e devida
forma, convieram nos artigos
seguintes:

Artigo 1º.

Haverá paz constante e ami-
sade perpetua entre o Reino
de Portugal e a Republica
de Chile, assim como
entre os subditos e cidadãos
dos dous Estados, sem dis-
tincção de pessoas nem de
lugares.

de la Concepción de Villa-
vicosa, Comendador de la an-
tigua e inuible Orden de la
Torre e Espada, del Valor, Leal-
dad e Merito, Caballero de San
Bento de Aviz, Gran Cruz
de la Orden de la Corona de
Italia, de Isabel la Catholi-
ca de España, e de la Corona
de Siam, Dignatario de la Or-
den de la Rosa, Official de la
Legion de Honor, & c.

En Excellencia el Presi-
dente de la Republica de Chi-
le, al Señor Don Alejandro
Fierro, su Ministro de Es-
tado en el Departamento de
Relaciones Exteriores.

Quienes, despues de haber
comunicado reciprocamente
sus plenos poderes, que
encontraron en buena e de-
vida forma, han convenido
en los siguientes artículos:

Artículo 1º.

Habrá paz constante e a-
mited perpetua entre el Rei-
no del Portugal. la Republi-
ca de Chile, del mismo modo
que entre los subditos e ciu-
dadanos de los dos Estados,
sin distincion de personas
ni de lugares.

Artigo 2.º

Os portugueses na República de Chile, e os chilenos no Reino de Portugal e seus domínios gozarão reciprocamente dos mesmos direitos civis e das mesmas garantias que os nacionais, e estarão sujeitos ás leis e á jurisdição do país.

Artigo 3.º

Os súbditos e cidadãos dos Estados de cada uma das Altas Partes Contratantes, estarán isentos, no territorio da outra Parte, de todo serviço pessoal no exercito, marinha, ou guarda nacional, de todos os tributos de guerra, empréstimos forçados, requisições ou contribuições militares de qualquer natureza que sejam. Os seus bens não poderão ser sequestrados nem destinados á qualquer uso publico, sem que se conceda aos interessados a indemnização correspondente segundo o disposto nas Leis dos respectivos Estados.

Artigo 4.º

Os portugueses na Re-

Artículo 2.º

Los portugueses en la República de Chile, e los chilenos en el Reino de Portugal e sus dominios gozarán reciprocamente de los mismos derechos civiles e de las mismas garantías que los nacionales, e estarán sujetos a las leyes e a la jurisdicción del país.

Artículo 3.º

Los súbditos e ciudadanos de los Estados de cada una de las Altas Partes Contratantes, estarán exentos, en el territorio de la otra Parte, de todo servicio personal en el ejército, en la marina, o en la guardia nacional, de todas las tributos de guerra, empréstitos forzados, requisiciones o contribuciones militares de cualquiera naturaleza que sean. Sus bienes no podrán ser secuestrados ni destinados a cualquier uso público, sin que se conceda a los interesados la indemnización correspondiente según lo dispuesto en las leyes de los respectivos Estados.

Artículo 4.º

Los portugueses en la Re-

publica do Chile, e os cidadãos
no Reino de Portugal, não pode-
rão empregar, nas suas ques-
tões contenciosas, recursos
diferentes dos que são conce-
didos aos nacionais pelas
leis dos respectivos países,
deuendo conformar-se, assim
como estes, com as resolu-
ções definitivas dos Tribunaes
e Julgados de Justiça, e sem
que possam d'ellas derivarse
reclamações diplomaticas.

Artigo 5.^{to}

Haverá plena e inteira
liberdade de commercio e
de navegação entre os sub-
ditos de Sua Magestade El
Rei de Portugal e os cidadãos
da Republica de Chile.

Os subditos de Sua
Magestade El Rei de Por-
tugal poderão entrar livre-
mente com seus navios e
cargas em todos os rios,
canaes, portos, enseadas e
demais lugares abertos ao
commercio estrangeiro, ou
que de futuro forem abertos
por parte do Governo da
Republica de Chile, e,
reciprocamente, os cidadãos

publica de Chile, e los chi-
lenos en el Reino de Portugal
no podran emplear en sus cues-
tiones contenciosas, recursos di-
ferentes de los que se conceden
a los nacionales por las leyes
de los respectivos países, de-
biendo conformarse, del mis-
mo modo que estos, a las re-
soluciones definitivas de los Tri-
bunales y juzgados de justicia, sin
que queden a virtud de ellas dedu-
cirse reclamaciones diplomaticas.

Artículo 5.^o

Habrà plena e entera li-
berdad de comercio e de na-
vegacion entre los subditos
de Su Magestad el Rei de
Portugal e los ciudadanos
de la Republica de Chile.

Los subditos de Su Ma-
gestad el Rei de Portugal
podran entrar libremente
con sus buques e cargas en to-
dos los rios, canales, puertos,
ensenadas e demas lugares
abiertos al comercio extran-
jero, o que se abrieren en lo
futuro por parte del Gobier-
no de la Republica de Chi-
le, e reciprocamente, los
ciudadanos de la Repu-

os cidadãos da Republica de Chile poderão entrar livremente com seus navios e cargas nos rios, canais, portos, enseadas, e demais lugares dos territorios de Portugal onde o commercio estrangeiro é ou for permitido.

Artigo 5.^o

Os subditos e cidadãos dos Estados das duas Altas Partes Contratantes não serão sujeitos em razão do seu commercio ou industria, nos portos, cidades ou quaesquer lugares dos respectivos Estados, quer ali se estabeleçam, quer ali residam temporariamente, a outros ou maiores impostos ou contribuições de qualquer denominação que sejam, do que aquelles a que estejam ou possam vir a estar sujeitos os nacionaes.

Os subditos e cidadãos dos dous Estados poderão com inteira liberdade residir, viajar, e commerciar em qualquer lugar do territorio do outro, em todo o genero de effectos, mercade-

blica de Chile podran entrar libremente con sus buques i cargamentos en los rios, canales, puertos, ensenadas, i demas lugares de los territorios de Portugal donde el comercio extran-gero es o fuera permitido.

Artículo 6.^o

Los subditos i ciudadanos de los Estados de las dos Altas Partes Contratantes no estaran sujetos, en razon de su comercio o industria, en los puertos, ciudades o cualesquiera lugares de los respectivos Estados, sea que alli se establezcan, o que alli residan temporalmente, a otros o mayores impuestos o contribuciones de cualquiera denominacion que sean, que a aquellos a que esten o puedan estar sujetos los nacionales.

Los subditos i ciudadanos de las dos Estados podran con entera libertad residir, viajar i commerciar en cualquier lugar del territorio del otro, en todo genero de efectos, mercade-

cião, e productos de commercio licito; alugar e possuir toda a classe de bens, e effectuar todos os actos relativos ao commercio por atacado ou a retalho, comtanto que se conformem com as leis e regulamentos em vigor no pais.

Os privilegios, immuni-
dades, ou outro qualquer fa-
vor de que gozarem em mate-
ria de commercio e indus-
tria os subditos e cidadãos
de uma das Altas Partes con-
tratantes, nos seus respectivos
paizes, serão extensivos aos da
outra alli existentes.

Artigo 7.º

Os subditos e cidadãos
dos dois Estados não pode-
rão ser presos, expulsos do
pais da sua residencia, ou
transportados de um ponto
para outro do territorio, salvo
nos casos em que estas
medidas se adoptem de
acordo com a constitu-
ção, ou com as leis signi-
ficas, regulamentos sanitarios,
ou praticas internacionaes.

Artigo 8.º

Os navios portuguezes

riaes e productos de comer-
cio licito; arrendar e possuir
toda classe de bienes e effectuar
todos los actos relativos al
comercio, por mayor o por
menor, con tal que se con-
formen con las leyes e regla-
mentos vijentes en el pais.

Los privilegios, immuni-
dades, o cualesquiera otros fa-
vores de que gozaren en ma-
teria de commercio o de indus-
tria los subditos e ciudada-
nos de una de las Altas Par-
tes Contratantes, en sus respec-
tivos paizes, serán extensivos
a los de la otra alli existentes.

Articulo 7.º

Los subditos e ciudadaños
de los dos Estados no podran
ser presos, expulsados del pais
de su residencia, o transpor-
tados de un punto para otro
del territorio, salvo los ca-
sos en que estas medidas
se adopten de acuerdo con
la constitucion, o las leyes
vijentes, regulamentos sa-
nitarios o practicas inter-
nacionales.

Articulo 8.º

Los buques portuguezes

na sua entrada ou sahida dos portos da Republica de Chile, e os navios chilenos na sua entrada ou sahida dos portos do Reino de Portugal, não estarão sujeitos a outros ou mais elevados direitos de tonelagem, pharoes, porto, pilotagem, quarentena ou outros que affectem o casco e aparelho do navio, do que aquelles que pagarem, em igualdade de casos, os navios nacionaes.

Artigo 9.^o

Toda e qualques mercaderia ou artigo de commercio que possa legalmente importarse nos portos e territorios de uma das Altas Partes Contratantes, em navios nacionaes, poderá tambem importarse nos navios da outra Nação, sem pagar outros ou mais elevados direitos ou impostos, qualques que for a sua denominação, do que os que pagarem as que pagam as sobreditas mercaderias ou artigos de commercio importados em

en su entrada o salida de los puertos de la Republica de Chile, e los buques chilenos en su entrada o salida de los puertos del Reino de Portugal, no estaran sujetos a otros o mas elevados derechos de tonelaje, fero, puerto, pilotaje, cuarentena u otros que afecten el casco e aparejo del buque, que a aquellas que pagaren en igualdad de circunstancias los buques nacionales.

Articulo 9.^o

Toda e qualques mercaderia o artículo de comercio que pueda legalmente importarse en los puertos e territorios de una de las Altas Partes Contratantes, en buques nacionales, podrá tambien importarse en los buques de la otra Nación, sin pagar otros o mas elevados derechos o impuestos, cualquiera que sea su denominacion, que los que pagan las sobredichas mercaderias o artículos de comercio importados en buques nacionales; ni

navios nacionaes, nem se fará distincção alguma na forma e condições do pagamento dos mencionados direitos e impostos

Fica expressamente entendido que as estipulações d'este artigo assim como do precedente, são applicaveis em toda a sua extensão, aos navios e suas cargas, pertencentes a qualquer das Altas Partes Contratantes que cheguem aos portos e territorios da outra, quer no caso em que os ditos navios tiverem sahido directamente dos portos do paiz a que pertencem, quer provenhãem dos portos de qualquer outra nação.

Artigo 10^o

As mercadorias de toda a especie importadas de Portugal na Republica de Chile debaixo da bandeira portugueza, e reciprocamente, as mercadorias de toda a especie importadas da Republica de Chile em Portugal debaixo da bandeira chilena, gozarão das mesmas

se hará distincion alguna en la forma i condiciones del pago de las mencionadas derechos o impuestos.

Queda expressamente entendido que las estipulaciones de este artículo como las del precedente, son applicables en toda su extension a los buques i sus cargamentos pertenecientes a cualquiera de las Altas Partes Contratantes que lleguen a los puertos i territorios de la otra, ya sea en el caso en que los dichos buques hubiesen salido directamente de los puertos del país a que pertenecen, ya sea que provengan de los puertos de cualquiera otra nacion.

Artículo 10^o

Las mercaderias de toda especie importadas del Portugal en la Republica de Chile bajo la bandera portuguesa, i reciprocamente, las mercaderias de toda especie importadas de la Republica de Chile en el Portugal bajo la bandera chilena, gozaran de las mis-

isenções e favores, não pagarão outros ou maiores direitos de alfândega ou de navegação, nem serão sujeitas a outra formalidade mais que as do costume quando a importação se faz debaixo da bandeira nacional.

Artigo 11^o

As mercadorias de qualquer especie que forem exportadas de Portugal em navios chilenos, ou da Republica de Chile em navios portuguezes para qualquer destino que seja, não estarão sujeitas a direitos ou formalidades de exportação, diversas das que teriam lugar se fossem exportadas em navios nacionaes, e gozarão, debaixo de uma e outra bandeira, de todas as prerrogativas e direitos que são ou forem concedidos em cada um dos dois paizes á navegação nacional.

Exceptua-se das disposições precedentes

mas exenciones i favores; no pagaran otros o mayores derechos de aduana o de navegacion, ni estaran sujetas a otra formalidad que las acostumbradas cuando la importacion se hace bajo la bandera nacional.

Artículo 11^o

Las mercaderias de cualquiera especie que fueren exportadas del Portugal, en buques chilenos, o de la Republica de Chile en buques portugueses para cualquier destino que sea, no estaran sujetas a derechos o formalidades de exportacion diversas de las que tendrian lugar si fueren exportadas en buques nacionales, i gozaran, bajo una u otra bandera, de todas las prerrogativas i derechos que sean o fueren concedidos en cada uno de los dos Países a la navegacion nacional.

Se exceptua de las disposiciones precedentes

o que respecta ás
vantagens e favores
especiales de que pos-
sam ser objecto, em
um e outro país,
os productos da pes-
ca nacional.

Artigo 12.º

Os navios portugueses
que entrarem em algum
porto da Republica de
Chile, e reciprocamente
os navios chilenos que
entrarem em algum por-
to de Portugal, e
que somente vierem
ahi descarregar parte
da sua carga, poderão,
conformando-se com
as leis e regulamentos
dos Estados respectivos,
conservar a bordo a parte
da carga que for des-
tinada a outro porto,
quer seja do mesmo, ~
quer de outro país, e
leval-a a seu destino,
sem pagar, por esta
ultima parte da carga
direitos algunos de
importação.

lo que respecta a las
ventajas i favores
especiales de que pue-
dan ser objeto en
uno u otro país los
productos de la pes-
ca nacional.

Artículo 12.º

Los buques portuque-
ses que entraren en algun
puerto de la Republica
de Chile, i reciprocamen-
te los buques chilenos que
entraren en algun puer-
to del Portugal, i que
vinieren solamente a
descargar una par-
te de su cargamento,
podran, conformándose
a las leyes i reglamen-
tos de los Estados res-
pectivos, conservar a
bordo la parte del car-
gamento que fuere des-
tinada a otro puerto, ya
sea del mismo o ya sea de
otro país i llevarla a su
destino sin pagar por
esta ultima parte del
cargamento derecho al-
guno de importacion.

Artigo 13º

Os subditos ou cidadãos de um dos dois Estados, que forem obrigados a buscar refugio ou asylo com seus navios nos rios portos ou quaesquer lugares do territorio de outro, por causa de temporal, perseguição de piratas ou inimigos, averia no casco ou aparelho, falta de agua, carvão, ou provisões serão acollidos com todo o favor, dando se lhes auxilio e protecção para repararem os seus navios, receberem aqua, carvão, viveres, e porerem-se em estado de seguir viagem, sem obstáculo ou impedimento de especie alguma, e sem lhes ser exigido o pagamento de direitos ou quaesquer impostos, e não serão obrigados a descarregar toda ou parte da carga, salvo caso de urgente necessidade.

Se depois de reparado, e por qualquer forma removidos os obstáculos que se oppunham á sua viagem, o navio se demorar no porto mais de quarenta e oito horas, ficará sujeito ao pagamento dos direitos e outras despesas do porto estabelecidos pelas leis e regulamentos em vigor.

Artigo 14º

Os navios de guerra estão isentos

Articulo 13º

Los subditos o ciudadanos de uno de los dos Estados, que se vieren obligados a buscar refugio o asilo con sus buques en los rios o puertos o cualesquiera lugares del territorio del otro por causa de temporal, persecucion de piratas o enemigos, averia en el casco o aparejo, falta de agua, carbon o provisiones, seran acoplidos con todo favor, dándoseles auxilio y proteccion para reparar sus buques, recibir agua, carbon, viveres, y ponerse en estado de seguir viaje, sin obstáculo o impedimento de especie alguna y sin exigirles el pago de derechos o cualesquiera impuestos, y no seran obligados a descargar todo o parte de su cargamento sino en el caso de urgente necesidad.

Si después de reparado y de cualquiera manera removidos los obstáculos que se oponian a su viaje, el buque se demorase en el puerto mas de cuarenta y ocho horas, quedará sujeto al pago de derechos y otras expensas del puerto establecidas por las leyes y reglamentos en vigencia.

Articulo 14º

Los buques de guerra estaran

de todo e qualquor direito de tranzi-
to de porto; não poderão ser demorados
no seu trayecto sob pretexto algum, e go-
zarão em todos os portos e lugares a
de fôr permittido communicar com a
terra, das outras isenções, honras, e favo-
res de uso geral entre as Nações civili-
zadas, ficando todavia sujeitos á obser-
vação dos regulamentos sanitarios dos
respectivos países.

Artigo 15.^o

As duas Altas Partes Contratantes de-
sejando promover e facilitar a nave-
gação a vapor entre os portos dos dois pa-
izes, concederão ás linhas a vapor portu-
guesas e chilenas que se empregarem
no serviço de transportar passageiros
e mercadorias entre os seus respectivos por-
tos, todos os favores, privilegios e franquias
que tenham outorgado ou outorguem de fu-
turo a qualquor outra linha de navega-
ção a vapor, salvo as subvencões especiais
que possam conceder-se a uma empresa
por motivos determinados.

Artigo 16.^o

A navegação costeira ou de cabota-
gem não fica comprehendida nas estipu-
lações do presente tratado, porém, ficará
sujeito, onde for concedida, ás leis e regu-
lamentos especiais dos respectivos países.

Artigo 17.^o

A nacionalidade dos navios será

exentas de todo e qualquor derecho
de tranzi- to de puerto; no podran ser
demoradas en su trayecto bajo pretes-
to alguno, i gozaran en todos los
puertos i lugares donde fuere per-
mitido comunicar con tierra, de las
otras exenciones, honores i favores de uso
general entre las naciones civilizadas, que-
dando sujetos sin embargo a la observancia
de los reglamentos de los respectivos Países.

Artículo 15.^o

Las dos Altas Partes Contratantes de-
seando promover i facilitar la navega-
cion a vapor entre los puertos de los
dos Países, concederán a las líneas a vapor
portuguesa i chilena que se emplearen
en el servicio de transportar pasajeros
i mercaderias entre sus respectivos puer-
tos, todos los favores, privilegios i fran-
quicias que hayan otorgado u otorguen
en lo futuro a cualquiera otra línea de
navegacion a vapor, salvo las subven-
ciones especiales que puedan concederse a
una empresa por motivos determinados.

Artículo 16.^o

La navegacion de la costa o el cabotaje
no queda comprendida en las estipu-
laciones del presente tratado, pero, que-
dará sujeta, donde fuere concedida, a las
leyes i reglamentos especiales de los respectivos Países.

Artículo 17.^o

La nacionalidad de los buques será

reconhecida por uma e outra parte, segundo as leis e regulamentos particulares de cada país, por meio dos documentos passados aos capitães pelas autoridades competentes.

Artigo 18.º

Os súbditos portugueses na Republica de Chile, e reciprocamente, os cidadãos chilenos em Portugal e nos seus dominios ou possessões, gozarão da mesma protecção que os nacionaes no que respecta ás marcas de fabrica e de commercio.

Os súbditos portugueses que quizerem assegurar na Republica do Chile, e os cidadãos chilenos que quizerem assegurar em Portugal, a protecção estipulada no paragraho antecedente, deverão cumprir as formalidades prescritas nas Leis e Regulamentos que alli estiverem em vigor.

Fica, assim, entendido que quaesquer pessoas interessadas poderão promover perante os Tribunaes, as competentes accões civis ou criminaes contra as pessoas que falsifiquem, adulterem, ou usem fraudulentamente as marcas ou rotulos de fabrica ou de commercio.

Artigo 19.º

Devido a Nação portuguesa e a Nação Chilena considerar-se mutuamente

reconocida por uma e outra parte, segun las leyes i reglamentos particulares de cada país, por medio de los documentos dados a los capitanes por las autoridades competentes.

Artículo 18.º

Los súbditos portugueses en la Republica de Chile, i reciprocamente, los ciudadanos chilenos en Portugal i en sus dominios o posesiones, gozarán de la misma protección que los nacionales en lo que respecta a las marcas de fabrica i de comercio.

Los súbditos portugueses que quieren asegurar en la Republica de Chile, i los ciudadanos chilenos que quisiere asegurar en Portugal, la protección estipulada en el párrafo anterior, deberán cumplir las formalidades prescritas en las leyes i reglamentos que allí estuvieren en vigor.

Queda, pues, entendido que cualesquiera personas interesadas podrán promover ante los tribunales, las competentes acciones civiles o criminales contra las personas que falsifiquen, adulteren, o usen fraudulentamente las marcas o rotulos de fabrica o de comercio.

Artículo 19.º

Debiendo la Nación portuguesa i la Nación Chilena considerarse mutuamente

fectuada em Lisboa, Santiago
Paris, dentro do prazo mais breve
possivel.

Em fe' do que, os respecti-
vos plenipotenciarios assigna-
tam o presente tratado, em
duplicado, e o sellaram na
cidade de Valparaiso aos
vinte e oito dias do mez
de Fevereiro de mil oito
centos e setenta e nove

Visconde de San Juanario.

tuara en Lisboa, Santiago
Paris, dentro del plazo mas
breve posible.

En fe' de lo cual los respec-
tivos Plenipotenciarios fir-
maron el presente Tratado
en duplicado i lo sellaron
en la ciudad de Valparaiso
a los vintiocho dias del
mes de Febrero del año
mil ochocientos setenta
i nueve.

Alfonso Pérez

